

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.008.011
Preferenciais	14.015.862
Total	21.023.873
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	178.614	166.121	7.664
1.01	Ativo Circulante	170.981	158.322	236
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	170.981	157.782	236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	540	0
1.01.08.03	Outros	0	540	0
1.01.08.03.01	Adiantamentos	0	540	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.633	7.799	7.428
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.633	7.799	7.428
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.633	7.799	7.428
1.02.01.09.03	Impostos a Compensar	7.633	7.799	7.428

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	178.614	166.121	7.664
2.01	Passivo Circulante	366	30.402	260
2.01.03	Obrigações Fiscais	366	402	260
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	366	402	260
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	366	402	260
2.01.06	Provisões	0	30.000	0
2.01.06.02	Outras Provisões	0	30.000	0
2.01.06.02.04	Provisão para Contingência	0	30.000	0
2.03	Patrimônio Líquido	178.248	135.719	7.404
2.03.01	Capital Social Realizado	1.578.856	1.378.856	1.078.856
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.400.608	-1.243.137	-1.071.452

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-162.445	-182.148	-148.066
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-161.445	-182.148	-147.370
3.04.02.01	Despesas de Publicações	-19.916	-16.845	-20.773
3.04.02.02	Despesas Serviços Técnicos Especial	-84.176	-81.041	-81.755
3.04.02.03	Outras Receitas / Despesas Administrativas	-39.890	-36.437	-36.766
3.04.02.04	Tributos Gerais	-17.463	-17.825	-8.076
3.04.02.05	Multa CVM	0	-30.000	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.000	0	-696
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-162.445	-182.148	-148.066
3.06	Resultado Financeiro	4.974	10.463	5.502
3.06.01	Receitas Financeiras	8.779	10.979	5.886
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.805	-516	-384
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-157.471	-171.685	-142.564
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-157.471	-171.685	-142.564
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-157.471	-171.685	-142.564

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-157.471	-171.685	-142.564
4.03	Resultado Abrangente do Período	-157.471	-171.685	-142.564

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-202.324	-297.729	-957
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-187.471	-141.685	-142.564
6.01.01.01	Resultado do Período	-157.471	-171.685	-142.564
6.01.01.03	Provisão para contingência	-30.000	30.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.393	-155.504	141.593
6.01.02.01	Impostos a Compensar	165	-371	-1.807
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recolher	-35	142	215
6.01.02.04	Investimentos	-15.523	-155.275	143.185
6.01.03	Outros	540	-540	14
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	200.000	300.000	0
6.03.01	Aumento de Capital	200.000	300.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.324	2.271	-957
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.325	54	1.011
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	2.325	54

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.378.856	0	0	-1.243.137	0	135.719
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.378.856	0	0	-1.243.137	0	135.719
5.04	Transações de Capital com os Sócios	200.000	0	0	0	0	200.000
5.04.01	Aumentos de Capital	200.000	0	0	0	0	200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-157.471	0	-157.471
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-157.471	0	-157.471
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.578.856	0	0	-1.400.608	0	178.248

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.078.856	0	0	-1.071.452	0	7.404
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.078.856	0	0	-1.071.452	0	7.404
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	0	0	0	300.000
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	0	0	0	300.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-171.685	0	-171.685
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-171.685	0	-171.685
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.378.856	0	0	-1.243.137	0	135.719

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.078.856	0	0	-928.888	0	149.968
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.078.856	0	0	-928.888	0	149.968
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-142.564	0	-142.564
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-142.564	0	-142.564
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.078.856	0	0	-1.071.452	0	7.404

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-144.982	-164.323	-139.990
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-144.982	-164.323	-139.990
7.03	Valor Adicionado Bruto	-144.982	-164.323	-139.990
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-144.982	-164.323	-139.990
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.974	10.463	5.502
7.06.02	Receitas Financeiras	4.974	10.463	5.502
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-140.008	-153.860	-134.488
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-140.008	-153.860	-134.488
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.463	17.825	8.076
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-157.471	-171.685	-142.564
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-157.471	-171.685	-142.564

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Vimos, por meio deste, submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da CIMS S.A., devidamente auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A principal política de investimentos da Sociedade para este exercício é continuar acompanhando as expectativas em relação ao mercado de valores mobiliários, principalmente, boas oportunidades de negócios.

A Sociedade não distribuiu dividendos, por não ter gerado lucro até o atual exercício.

De acordo com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia e o acionista controlador não contrataram outros serviços, junto à Grant Thornton Auditores Independentes (auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis) que não sejam os de auditoria externa.

Colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Gilberto Sayão da Silva

José Guilherme Cruz Sousa

Diretoria

Diretor de Relação com Investidores:

José Guilherme Cruz Sousa

Diretor Executivo:

Bruno Augusto Sacchi Zaremba

CIMS S.A.

Demonstrações Contábeis Acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	15



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9234
www.grantthornton.com.br

Aos
Administradores e acionistas da
CIMS S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CIMS S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CIMS S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a CIMS S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes, basicamente, do fato da Companhia encontrar-se em fase pré-operacional, fatores que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de seus investimentos, dependendo



substancialmente de recursos advindos de seus acionistas para continuidade normal de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no montante de R\$170.980, o que representa 95,73% do total do seu ativo. Esses certificados são precificados e registrados ao seu valor justo por meio do resultado. Devido sua representatividade no total do patrimônio líquido da Companhia, consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a avaliação da precificação com base nas condições contratuais e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos, bem como a verificação da existência desses ativos por meio de confirmação independente junto à instituição financeira emissora do respectivo certificado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3.4 e 4.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes com relação ao reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as aplicações financeiras, onde consideramos que os valores registrados não possuem distorções relevantes no contexto da elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, requeridas pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico – CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios



estabelecidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 20 de fevereiro de 2017 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sob esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respostas a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Notas Explicativas

**Grant Thornton**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Ativo circulante	170.981	158.322
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	170.981	157.782
Outros	-	540
Ativo não circulante	7.633	7.799
Impostos a recuperar (Nota 5)	7.633	7.799
Total do ativo	<u>178.614</u>	<u>166.121</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo e Patrimônio líquido		
Passivo circulante	366	30.402
Impostos e contribuições a recolher	366	402
Provisão para contingência	-	30.000
Patrimônio líquido (Nota 7)	178.248	135.719
Capital social	1.578.856	1.378.856
Prejuízos acumulados	(1.400.608)	(1.243.137)
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>178.614</u>	<u>166.121</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em reais)

	2017	2016
Despesas gerais e administrativas (Nota 8)	(162.230)	(182.148)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(162.230)	(182.148)
Resultado financeiro, líquido (Nota 9)	4.974	10.463
Receitas financeiras	8.779	10.979
Despesas financeiras	(3.805)	(516)
Prejuízo do exercício	(157.471)	(171.685)
Prejuízo básico por ação (Nota 7.c)	(0,02)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(157.471)	(171.685)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(157.471)</u>	<u>(171.685)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em reais)

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.078.856	(1.071.452)	7.404
Aumento de capital	300.000	-	300.000
Prejuízo do exercício	-	(171.685)	(171.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.378.856	(1.243.137)	135.719
Aumento de capital (Nota 7)	200.000	-	200.000
Prejuízo do exercício	-	(157.471)	(157.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.578.856	(1.400.608)	178.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em reais)

	2017	2016
Caixa líquido atividades operacionais	(186.801)	(142.454)
Caixa gerado nas operações	(157.471)	(171.685)
Prejuízo do exercício	(157.471)	(171.685)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados (aplicados) pelas atividades operacionais	(30.000)	30.000
Provisão para contingência	(30.000)	30.000
Variações nos ativos e passivos	(14.853)	(156.044)
Impostos a compensar	165	(371)
Impostos e contribuições a recolher	(35)	142
Outros	540	(540)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	200.000	300.000
Aumento de capital	200.000	300.000
Aumento de caixa e equivalentes	13.199	157.546
Saldo inicial de caixa e equivalentes	157.782	236
Saldo final de caixa e equivalentes	170.981	157.782
Aumento de caixa e equivalentes	13.199	157.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em reais)

	2017	2016
Insumos adquiridos de terceiros	(144.982)	(164.323)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(144.982)	(164.323)
Valor adicionado bruto	(144.982)	(164.323)
Valor adicionado líquido produzido	(144.982)	(164.323)
Valor adicionado recebido em transferência	4.974	10.463
Receitas financeiras	4.974	10.463
Valor adicionado total a distribuir	(140.008)	(153.860)
Distribuição do valor adicionado	(140.008)	(153.860)
Impostos, taxas e contribuições	17.463	17.825
Remuneração de capitais próprios	(157.471)	(171.685)
Lucros retidos do exercício	(157.471)	(171.685)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
(Em reais)**1. INFORMAÇÕES GERAIS****1.1. Contexto operacional**

A CIMS S.A. (“Companhia”) tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Constituída em 1994 para exercer as atividades de investimento em outras companhias, em 14 de março de 1995 a Companhia foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 na modalidade de Companhia Aberta.

A Companhia está em fase pré-operacional e apresenta prejuízo recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2. BASE DE PREPARAÇÃO**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 15 de março de 2018.

2.1.1. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

(Em reais)

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor 31 de dezembro de 2017

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e não espera impactos relevantes dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

3.3. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
(Em reais)**3.4. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são avaliadas e classificadas da seguinte forma:

- Para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos são auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são reconhecidos no resultado;
- Mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia, não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. Também não reconhece contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos aos prejuízos fiscais, pois a mesma está em fase pré-operacional e não tem expectativa de lucros nos próximos anos.

3.6. Prejuízo básico e diluído por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
(Em reais)**3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) *Ativos contingentes*

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

(ii) *Passivos contingentes*

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(iii) *Obrigações legais*

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

(iv) *Hierarquia de valor justo*

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do valor justo no nível mais baixo do input que é significativo para a mensuração como um todo.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
(Em reais)**3.8. Demonstração do valor adicionado**

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.9. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Banco	1	2.325
Aplicação financeira	170.980	155.457
	170.981	157.782

As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários (CDB) emitidos por instituição financeira de primeira linha e classificados como para negociação. A composição da carteira está representada por:

Certificado de depósito bancário

Remuneração	Data de Vencimento	Valor de Custo	Nível
90% CDI	09/08/2019	164.901	1
90% CDI	11/10/2019	2.000	1
		170.980	

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Representado por imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras ocorridos entre 2012 e 2017. Para os créditos até 2016 foram transmitidos pedidos de restituição e estão registrados ao valor provável de recuperação.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou as pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
(Em reais)**7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.578.856 (R\$ 1.378.856 em 2016) está representado por 21.023.873 (11.095.058 em 2016) ações, sendo 7.008.011 (3.698.406 em 2016) de ações ordinárias e 14.015.862 (7.396.652 em 2016) de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 18 de agosto de 2017, foi realizado um aumento de capital no montante de R\$ 200.000, mediante a emissão de 3.309.605 novas ações ordinárias e de 6.619.210 novas ações preferenciais, ao preço unitário de emissão de R\$0,02 por ação.

b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Tendo em vista os prejuízos apurados, não foram deliberados dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

c) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
ON	7.008.011	3.698.406
PN	14.015.862	7.396.652
Quantidade de ações	21.023.873	11.095.058

Memória de cálculo do resultado por ação:

Exercício findo em	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2017	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2017	(157.471)	16.059.465	(0,02)
Exercício findo em	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2016	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2016	(171.685)	6.080.650	(0,05)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
(Em reais)**8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com marketing & publicidade	(19.916)	(16.845)
Serviços de contabilidade	(56.013)	(53.336)
Outros serviços prestados	(28.163)	(27.705)
Emolumentos judiciais e cartorários	(3.038)	(1.383)
Anuidade BM&FBovespa	(36.636)	(35.054)
Taxa de fiscalização CVM	(17.040)	(17.292)
IOF	(16)	(22)
Impostos e taxas diversos	(408)	(511)
Despesa com Contingência	-	(30.000)
Outras despesas administrativas	(215)	-
	(161.445)	(182.148)

9. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	31/12/2017	31/12/2016
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(505)	(487)
Encargos financeiros	(3.300)	(29)
	(3.805)	(516)
Receita financeira		
Receita aplicação financeira	8.170	10.227
Receita de atualização de impostos	609	752
	8.779	10.979
Resultado financeiro, líquido	4.974	10.463

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
(Em reais)

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia mantém classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e investimentos financeiros, conforme Nota Explicativa nº 4.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

11. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**Risco de mercado**

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Companhia. As operações da Companhia estão classificadas na carteira de negociação.

Além disso, sua carteira não detém operações sujeitas às exposições ao risco em ouro, moedas estrangeiras e preço de mercadorias (commodities). Portanto, o risco de mercado está representado pelos riscos das taxas de juros das operações classificadas na carteira de negociação.

Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
(Em reais)**Risco de crédito**

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros que integram a carteira da Companhia não cumprirem com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

Risco de juros e taxa de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

A Sociedade possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanta a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), indicavam:

	Taxa Efetiva estimada para 2018
CDI	6,75%

Adicionalmente, a Administração efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	6,75%	5,06%	3,38%
Aplicações financeiras				
R\$ 170.908 - 31/12/2017 (Nota 4)	-	11.536	8.652	5.768
	*	*	*	*

Notas Explicativas



Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Aos administradores e acionistas da
CIMS S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CIMS S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIMS S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a CIMS S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes, basicamente, do fato da Companhia encontrar-se em fase pré-operacional, fatores que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de seus investimentos, dependendo substancialmente de recursos advindos de seus acionistas para continuidade normal de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no montante de R\$170.980, o que representa 95,73% do total do seu ativo. Esses certificados são precificados e registrados ao seu valor justo por meio do resultado. Devido sua representatividade no total do patrimônio líquido da Companhia, consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação da precificação com base nas condições contratuais e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos, bem como a verificação da existência desses ativos por meio de confirmação independente junto à instituição financeira emissora do respectivo certificado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3.4 e 4.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes com relação ao reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as aplicações financeiras, onde consideramos que os valores registrados não possuem distorções relevantes no contexto da elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, requeridas pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico – CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios

estabelecidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 20 de fevereiro de 2017 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sob esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respostas a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Revisamos este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da CIMS S.A., CNPJ 00.272.185/0001-93 e baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Diretor

José Guilherme Cruz Sousa
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes, para as Demonstrações Financeiras da CIMS S.A., CNPJ 00.272.185/0001-93, não havendo qualquer discordância.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Diretor

José Guilherme Cruz Sousa
Diretor